



DRIBLANDO ENTRAVES, CONSTRUINDO IDENTIDADES: A DINÂMICA IDENTITÁRIA E TERRITORIAL FACE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO TROMBETAS/PA

Juliene Pereira dos Santos

RESUMO

A partir da história de ocupação do rio Trombetas, município de Oriximiná, Pará, em contrastes com a política ambiental, o presente artigo visa identificar os fatores que incidem sobre as condições de vida e trabalho desses quilombolas, bem como as estratégias pela (re)conquista do espaço reivindicado, face a ambientalização imposta pelas políticas das Unidades de Conservação (UCs).

PALAVRAS-CHAVES

Quilombo, identidade e ambientalização.

INTRODUÇÃO

Na história de ocupação do rio Trombetas, município de Oriximiná, Estado do Pará, é proeminente a estreita relação dos quilombolas com o meio ambiente. Desde a escolha do rio e suas matas como refúgio da escravidão no Baixo Amazonas durante o século XVIII, até as presentes formas de reprodução social “inventadas” pelo grupo, face as ameaças de expropriação territorial pelos projetos de mineração e de conservação da natureza, executados a partir de 1979.

O *locus* de reflexão desse artigo se refere às unidades familiares que constituem o quilombo Jamari. O objetivo consiste em identificar os fatores que incidem sobre as condições de vida e trabalho desses quilombolas, bem como as estratégias pela (re)conquista do espaço reivindicado, face a ambientalização imposta pelas políticas das Unidades de Conservação (UCs) implementadas no interior e entorno do referido quilombo, com ênfase a Reserva Biológica (REBIO) do Trombetas, em razão do seu grau de restrição.





Trata-se de um bloco de Ucs que cerca territórios ocupados por dezenas de famílias que no presente se autoidentificam como quilombolas, a saber: Floresta Nacional Saracá-Taquera (1989), Reserva Biológica (REBIO) do Trombetas (1979), Floresta Estadual do Rio Trombetas-FLOTA Trombetas (2006) e pela Floresta Estadual Faro-FLOTA Faro (2006). Destas, a mais restritiva é a REBIO, que inclusive, proíbe a existência de grupos humanos em seu interior, mesmo que estes já estejam ocupando a área antes de criação do projeto da UC, como é o caso do Jamari.

A Flota, apesar de menos rigorosa comparada à REBIO é destinada ao uso sustentável dos recursos naturais.

A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. (SNUC, Art. 17)

Nascida nesse meio social e a partir das laços de parentesco que mantenho com os moradores desse quilombo, observo que de modo autoritário e até mesmo imperialista, as políticas autoritárias da Reserva Biológica (REBIO) do Trombetas, além de usurparem as terras historicamente ocupadas por quilombolas, compreendidas como *terras de uso comum* (ALMEIDA, 2008) restringiram o acesso coletivo aos recursos naturais, interferindo na vida das famílias quilombolas que organizam seus modos de existência através da pesca, da caça, da coleta da castanha, da farinha oriunda das roças, da extração de óleos vegetais como a copaíba e andiroba, entre outros. O impedimento de acesso aos recursos naturais “corresponde a negação de sua existência enquanto grupo fortemente identificado com seu território de uso” (ACEVEDO E CASTRO, 1998, p. 208).

Para Said (2011), o imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros. Após 1979, data do início de execução dos projetos de preservação ambiental, os quilombolas do rio Trombetas que tanto lutaram pela vida em liberdade nesse espaço, passaram a ter suas ações controladas pelos órgãos que fiscalizam as políticas ambientais da Rebio, inclusive seu ir e vir no rio.





Mas do que controlar e impor novas regras de acesso aos recursos naturais, o que tenho observado nas minhas idas e vindas ao Trombetas, seja na condição de quilombola que visita seus entes ou na “relação de pesquisa” assumida ao ingressar no curso de mestrado, é explícita tentativa de impor uma “nova mentalidade” nesses povos a partir dos princípios de “proteção da natureza”, defendidos pelo discurso de biólogos e ambientalistas em geral. Contudo, gostaria de ressaltar que esse não é um pensamento genérico nesse campo epistemológico. Ghua (2000) chama atenção para o fato de que “cada vez mais, biólogos com responsabilidade social tem alertado para os perigos envolvidos quando os programas de conservação não levam em conta os interesses das comunidades que vivem dentro e ao lado das áreas protegidas” (GHUA, 2000, p.91).

Na análise de Leff (2009), a racionalidade ambiental abre caminho para uma reerotização do mundo, transgredindo a ordem estabelecida, a qual impõe a proibição de ser. Desta feita, Leff assevera que esse saber ambiental constrói novas realidades e estratégias de reapropriação do mundo e da natureza.

Cuja (re) educação ambiental aplicada entre os povos que vivem no interior e entorno da Rebio do Trombetas vem causando tensões sociais internas entre os quilombolas; há aqueles que defendem as regras de uso projetadas pelos órgãos que gerenciam as referidas UC, e aqueles que se sentem lesados por tais medidas. Todavia, nesse espaço socialmente construído por meio de distintas trajetórias coexistentes (MASSEY, 2008), a identidade coletiva ganha força por via do movimento organizativo, em favor do direito do reconhecimento territorial garantido constitucionalmente desde 1988. Na análise de Almeida (2008), é exatamente este fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva.

A “FAMÍLIA MACAXEIRA” E A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE COLETIVA

As narrativas que informam sobre a história de ocupação do Trombetas apontam para a emergência de uma “pluralidade de trajetórias” e experiências sociais que no presente culminam em distintos “processos de territorialização”. Conforme o geógrafo Haesbaert (2007) a territorialização consiste na dominação e apropriação do espaço que está inerente a produção desse espaço. Para esse autor, o espaço produzido pode ser tanto material





quanto simbólico.

Referida aos povos e comunidades tradicionais, a partir de um olhar antropológico, Almeida (2008) assim caracteriza a expressão *processo de territorialização*:

O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolve a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado. (ALMEIDA, 2008, p.118)

Sob essa ótica, Almeida ainda justifica que essa categoria analítica permite ao pesquisador compreender o percurso de construção política e transformação dos territórios de pertencimento étnico por via das mobilizações por livre acesso aos recursos básicos ao longo dos tempos. Refletir o caso das unidades coletivas situadas abaixo das cachoeiras no Trombetas por esse viés nos ajuda a desviar o olhar daquilo que nos é dado pela observação superficialista, pela auto-evidência, que entre outras situações sociais desveladas, aponta para uma origem comum direcionada para os antigos mocambos, construídos acima das cachoeiras como símbolo de resistência ao sistema escravista.

Farias Junior (2016) observa ainda que “os lagos do Trombetas, abaixo das cachoeiras ocuparam e ocupam papel preponderante no processo de aquilombamento e têm sido amplamente documentados, seja pelas crônicas de viagens, seja pelos relatórios de exploração” (FARIAS JUNIOR, 2016, p.147). No presente, além da ocupação dos lagos, é possível identificar unidades coletivas nas margens direita e esquerda do rio Trombetas, podemos citar o quilombo Mãe-Cué, Sagrado Coração de Jesus, Juquirizinho, Jamari.

Situado na margem direita do rio Trombetas, município de Oriximiná, Estado do Pará, o Jamari é um quilombo constituído pela família conhecida popularmente de *Macaxeira*. Tendo como fundadores o casal Antônio Rocha Pereira e Cacilda dos Santos (in memóriam), que juntos tiveram 8 (oito) filhos, 5 (cinco) homens e 3 (três) mulheres, a saber: Miliana, Antônia, Nalzira, Lucas, Dorvalino, Alcendino, Benedito e Antonico.

Sou bisneta de “Antônio Macaxeira”, em razão disso grande parte de meus informantes são parentes muito próximos, como tios, avós e até mesmo minha mãe (neta de Antônio Macaxeira). Isso têm exigido de mim enquanto pesquisadora um esforço maior





para compreender a construção dos processos de territorialização que distingue os diversos quilombos existentes na calha do rio Trombetas, uma vez que para eles, sou conhecedora dessas histórias e, por outro lado, a mentalidade colonial ainda é bastante forte para aceitar, que eu, também filha do rio, esteja fazendo um trabalho que é feito por pesquisadores brancos, que vão a esses quilombos especificamente para essa função. O que tem me causado a sensação de desânimo, desespero e frustração.

Contudo, face a esse desafio, busquei conversar com as pessoas mais velhas, que pela idade são mais abertos a esse tipo de diálogo. “A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente” (SAID, 2011). De acordo com as entrevistas que realizei com filhos, netos e pessoas antigos moradores do Trombetas, como é o caso de Waldemar dos Santos, de 94 anos, residente no quilombo de Cachoeira Porteira e esposo de uma das netas do âncora do Jamari, essa família atualmente autoidentificada como quilombola, antes de fixar-se onde estão situados atualmente, viveu em vários outros pontos do rio.

Essa era uma família de escravos que veio para o Trombetas e se acumularam ali onde hoje é o lago Macaxeira. O pai do velho Macaxeira era um preto velho de nome Joaquim Rocha. Dizem que lá eles comiam muita Macaxeira, por isso apelidaram eles de Macaxeira, que é como são conhecidos, não é o sobrenome deles, é o apelido. Então, com o fim da escravidão eles foram descendo o rio. Até quando eu me entendi eles moravam aqui no Macaxeira, daí eles foram descendo, os velhos foram morrendo e os filhos foram se espalhando, uma parte para um lado, outra parte para outro. (Entrevista, Waldemar dos santos, 94 anos, em 27/07/2018)

As narrativas sobre esse passado “móvel” dos “Macaxeira” são recordadas vivamente pela memória dos filhos, que hoje representam lideranças face aos movimentos organizativos que buscam o reconhecimento e defesa de seu território, que no presente além de legalmente considerado área de preservação ambiental, está sob a mira do projeto minerador, existente na região paralelamente a criação da Rebio do Trombetas. Miliana, a filha mais velha, lembra que quando criança os pais ainda viviam em outra localidade, conhecida como Sicuriju, margem direita do rio, aproximadamente 20 km.





Quando eu me entendi nós morava lá no Sicuriju, lá meu pai tirava castanha, tinha o patrão dele, depois nós mudamos para o Jamari. O Jamari mesmo é lá, do outro lado do rio, naquele igarapé, o igarapé do Jamari. Depois de um tempo meu pai fez nossa casa aqui desse lado do rio e continuaram a chamar de Jamari, mas Jamari mesmo é la do outro lado. Aqui nós crescemos, casamos e hoje isso aqui e hoje aqui é tudo da família, só professor que não é da família.(Entrevista Miliana Pereira dos Santos, 85 anos, 20/05/2018).

Aliado a essas histórias de ocupação de Trombetas, observa-se a conservação do sentimento de pertença, que pelos laços de parentesco e relação com o espaço construído, vai sendo transmitido de geração em geração, como um mecanismo de defesa do território.

Pelas narrativas acima, podemos observar que com os indícios de fim da escravidão e das perseguições pela criminalização da vida liberta, os negros que moravam nos “trechos encachoeirados”, iniciaram um processo de busca por lugares menos perigosos abaixo das cachoeiras, onde a navegação pode ser feita por embarcações maiores. Contudo, o que estava em jogo não era apenas a questão da força da água e a conquista de novos espaços, tratava-se de um conjunto de fatores, que incluía o acesso aos recursos naturais, áreas produtivas e facilidade para a realização de trocas comerciais com agentes externos.

A localização do quilombo Jamari, que é distinto do igarapé do Jamari, é um espaço estratégico; ao fundo há o lago do Cabeçudo, importante área de pesca, caça e diversas espécies de palhas usadas na construção de casas, tanto para cobertura do teto, quanto para para construir paredes de proteção e divisão interna. Atualmente, esse lago é considerado Reserva Biológica; no lado oposto do rio, há trechos de campina que além de ser propício para a caça, possui ainda uma floresta rica em andiroba, copaíba, de onde são extraídos óleos utilizados como antibiótico pelos quilombolas e muito usado pela indústria de cosméticos na atualidade.

Devido a posição geográfica às margens do rio, por muito tempo, os “Macaxeira” viveram conhecidos como ribeirinhos e “negros do Trombetas”, mantendo uma relação de troca com os regatões que subiam o rio como o objetivo de comprar farinha, banana, castanha, breu, óleos de copaíba e andiroba, e, principalmente, a Castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*), agora rebatizada como Castanha do Brasil.





Em contrapartida, os quilombolas precisavam dos produtos industrializados, como açúcar, café e sabão. Gostaria de ressaltar que essa troca não era espontânea, ou seja, não era qualquer barco que subia o rio carregado de mercadoria que conseguia realizar tais negócios. Geralmente, tratava-se de comerciantes das cidades mais próximas, “patrões” antigos de várias linhagens, com os quais os quilombolas mantinham relações de patronagem por diversas linhagens. Cujas dinâmicas eram sustentadas, muitas vezes, pelo compadrio inventado para criar elos de confiabilidade.

Meu pai trabalhava castanha no Sicuriju, tirava direto para o nosso patrão. Na época tinha regatão bom pra comprar o produto da gente, como por exemplo o Agil. Agil era patrão! Chegava lá com o barco até o toco de mercadoria, era rede, terçado, café açúcar, desde panela ele trazia. A quantidade que a gente precisava, ele prontamente. Passava semanas no nosso porto, pegava a castanha no porto. Quando a gente precisava ir em Óbidos, ficava no barco dele, levou várias meninas desse Trombetas para trabalhar na casa dele, mas muitas não se acostumavam, aquelas que se acostumavam ele botava na escola, aprendiam a ler. (Entrevista Antônia Pereira, 80 anos, em 20/05/2018).

Tal “aliança” comercial entre quilombolas e regatões é evidenciada nos registros de viajantes que passaram por essa região, descrevendo a geografia, a demografia e as distintas realidades sociais presentes na Amazônia. Tavares Bastos, no livro “O vale do Amazonas”, publicado no Rio de Janeiro em 1866, narra que mesmo correndo riscos, os quilombolas desciam até a cidade de Óbidos para comercializar seus produtos.

Os negros cultivam a mandioca e o tabaco (o que eles vendem passa pelo melhor); colhem a castanha, a salsaparrilha, etc. Às vezes descem em canoas e vem comerciar as escondidas; com os regatões que sobem o Trombetas, eles o fazem habitualmente (BASTOS, 1866, p. 152).

Seguindo o ritmo das transformações sociais ocorridas pela influência do grande capital, que nem sempre é contínuo, os quilombolas na contemporaneidade, estrategicamente, estão aprendendo a lidar com as novas situações sociais, “ressignificando” suas tradições em instrumentos de luta pelas reivindicações em defesa de seu território para as presentes e futuras gerações. Isso, talvez, justifique a minha insistência em desvelar essas distintas trajetórias de ocupação que se configuram no que Almeida 2008 classifica de *territorialidades específicas*. Said 2011, parte da premissa de que “a maneira





como formulamos ou representamos o passado molda nossa compreensão e nossas concepções do presente.”

A EMERGÊNCIA DOS CONFITOS SOCIOAMBIENTAIS E AS NOVAS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Entendemos que a globalização da lógica de mercado, o capitalismo neoliberal em si, se nutre das suas próprias contradições, e não pode superá-las, mas pode apenas mascará-las temporariamente (PENNA-FIRME, 2018), tendo como principal aliado o discurso da sustentabilidade. Foi sob esse prisma, que a partir da década de 1970, os quilombolas do Trombetas tiveram seus modos de vida abalados. Em razão da riqueza mineral e da diversidade de recursos naturais preservados por seus ocupantes, essa região se tornou um espaço estratégico para a extração da bauxita (matéria-prima do alumínio), atraindo empresas multinacionais extremamente poderosas no mercado, –como a Vale, Alcoa e Alcan, entre outras, que se instalaram na margem direita do rio, configurando-se no grupo denominado Mineração Rio do Norte (MRN), que começou a lotar seus primeiros cargueiros em 1979.

Paralelamente a execução da extração mineral, na margem esquerda do rio, o governo Federal, por meio do decreto 84.018, de 21 de setembro de 1979, destina 407.759,21 hectares da margem esquerda do rio para compor a Reserva Biológica do Rio Trombetas. Uma das categorias de UC mais restritivas, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Em se tratando das unidades de conservação na Amazônia, FIHO (1997) ressalta que “foi no âmbito mesmo das políticas de desenvolvimento e integração nacionais dirigidas para a região que se geraram e implementaram as primeiras e mais importantes UC’s da Amazônia” FIHO (1997, p.4).

Eu diria que a adoção de políticas ambientais nas áreas de interesse dos denominados “megaprojetos”, como o Projeto Trombetas, surgem como uma espécie de eufemismo, na medida em que a ideia de um empreendimento sustentável impregnado de conotação positiva, ganha a legitimidade da sociedade, invisibilizando os efeitos ambientais e sociais. Para Bourdieu (2014), quando uma política não é questionada no sentido de fazer





de outra maneira, ela é reconhecida como legítima, cuja eficácia, segundo ele, está fundamentada na crença de seus princípios.

Diante desse cenário complexo, permeado por múltiplos interesses, as unidades familiares ali existentes, retornaram para a situação de cativos, desta vez, o inimigo não se tratava de forças punitivas tentando o resgate para o mundo escravista ou a punição a resistência; o que estava e continua sob ameaça é o seu modo de vida e a permanência nesse território conquistado, tratado como “terra de preto”, dos “filhos do rio”. “Hoje a luta se coloca no sentido de libertar a terra para continuarem a ser livres e assegurarem o direito à cidadania” (FUNES, 2015, p. 19).

O cercamento de suas terras, marcou um período de transformação compulsória no que concerne a relação dos quiombolas com o meio ambiente. O “mundo liberto” tornou-se



Foto Júlio Ribeiro de Oliveira, em 29/07/2018

um espaço com acesso limitado e vigiado pelas lentes microscópicas dos agentes do fiscalizadores, a princípio sob a gerência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Floresta (IBDF), mais tarde e até o designado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). De

acordo com o relato de quem viveu esse “drama social” desde a sua emergência, esse foi um período de constrangimento e violência.





O que eu me lembro é que era o IBDF primeiro. Naquela época era pior do que hoje, eles iam nas casas, jogavam comida das panelas, pegavam as pessoas com arreios de pesca tomavam, batiam e até prendiam. Na nossa casa eles nunca foram, porque, como dizia meu avo, a gente não brincava com coisa séria, eles andavam escoltados com a Federal, só escultavamos as notícias do que eles faziam (Entrevista M.S.P, em 27/07/2018).

Por dramas sociais, resultantes de conflitos que incidem sobre as condições de existência material dos indivíduos, Turner (2008) aduz que, os dramas sociais são “unidades de processo anarmônico ou desarmônicos que surgem em situação de conflito”, que podem culminar em rupturas e crises. Nesse processo de re (ocupação) do espaço, conhecer as trilhas que dão acesso aos furos, varadouros, igarpés e lagos foi um aliado importante para driblar os entraves impostos pela política de preservação ambiental. Para essas famílias invisibilizadas, driblar os entraves não implica em desobediência civil; consiste em uma nova regra de produção e reprodução física e social, materializada no acesso aos recursos naturais, negados pelas regras de coesão social que uma área designada de Reserva Biológica exige.

Mudou muito, ficou mais difícil para nós, a gente andava liberto, agora tem que andar tudo bem condicionado, se não parar nesses flutuantes para pedir autorização, dizer para aonde a gente vai, o que vai fazer; eles vão em cima da gente, só falta afundar a canoa. (Entrevista Osmarino Gualberto, 77 anos, em 20/05/2018)

A vigilância dos órgãos ambientais sob o modo de vida dos quilombolas no Trombetas, transcende o binômio proibido/permitido. Consiste em uma tentativa de neutralizar/invisibilizar as formas sociais e romper com a autonomia ali existentes, tanto no que se refere ao uso e manejo dos recursos naturais, quanto aos saberes tradicionais; que são duas dimensões simbólicas essenciais para a reprodução social de tais unidades familiares, que tradicionalmente, tiram o seu alimento da natureza e usam o excedente para comprar aquilo que não conseguem produzir.

De janeiro a maio, a economia na calha do rio Trombetas é automatizada pela coleta da castanha. Dezenas de famílias deixam suas casas para acampar próximo às áreas com maior incidência de castanhais, como os lagos Erepecu, Sicuriju, Jacaré e Juquiri Grande. No caso do Jamari, esse é um processo que envolve toda a família, influenciando, inclusive o calendário escolar.





Contudo, com a interferência das políticas ambientais, o acesso a esses castançais passou a ser controlado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que em parceria com as associações quilombolas, emite a licença às famílias autorizando a atividade extrativa. Ao final da safra, os castanheiros devem devolver o termo de licença, informando a quantidade de castanha coletada. A entrada sem permissão, do ponto de vista das agências que fiscalizam a referida unidade de conservação, é categoricamente proibida.

O término da safra de castanha culmina com o fim do período chuvoso, quando os quilombolas passam a trabalhar nas denominadas roças. As capoeiras de anos anteriores são retomadas para a construção de novos roçados. Os laços de solidariedade são acionados através da realização dos *puxiruns*. “O chamado *puxirum*, constitui uma *técnica social* de maximização das energias individuais, o exercício do trabalho coletivo sob forma de ajuda mútua” (ACEVEDO e CASTRO, 1998, 173).

É da roça que retira-se parte do sustento, através do cultivo da mandioca, banana, cará, batata doce, cana-de-açúcar. Com a mandioca fabrica-se a farinha, alimento indispensável nas refeições dos quilombolas, tira-se a tapioca, matéria-prima de bejús; aproveita-se o tucupi como condimento e ingrediente do tacacá. Devido a grande importância no cotidiano dessas famílias, a maioria da produção é destinada para a subsistência do grupo.

Atualmente há um limite de hectares estabelecido pelo ICMBio destinado autorizado para cada família construir seus roçados. Em razão disso, tem-se diminuído a quantidade de plantações, alguns chegam a ficar sem roçados, tendo que comprar a farinha de cada dia na sede do município ou na feira do núcleo minerador.

Além do cultivo da roça, como estratégia de reprodução social, os quilombolas do Jamari extraem óleo de andiroba e copaíba para vender no mercado de Oriximiná, cada litro custando em torno de 10 reais. Todavia, as árvores de copaíba e andiroba estão desaparecendo com o processo de desmatamento necessário para a expansão dos platôs da mineradora.

Esse drama é elucidativo para refletirmos a dimensão social do problema aqui discutido. As restrições de acesso aos recursos naturais não se deram de forma passiva, o que implica um processo resistência face a políticas ambientais. Não podemos descartar o





fato de que seus efeitos foram perversos do ponto de vista estrutural, atingindo vários campos da vida social.

O social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irreduzível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um “campo de forças”, uma estrutura que constringe os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p. 50).

Nesse sentido, quando os interlocutores afirmam que “muita coisa mudou”, eles não estão se referindo apenas a relação com o meio ambiente; envolve uma série de fatores: a) *hábitos alimentares* – ao longo dos últimos anos, percebi que a base nutritiva de peixes, caça e frutos da natureza; está sendo pouco a pouco substituída por alimentos industrializados e congelados, como sardinha, conserva, frango, entre outros. No lugar das frutas naturais, o lanche das crianças hoje, em sua maioria, são biscoitos e salgadinhos; aumentando assim o número de tabernas nas comunidades. B) outro ponto que sofreu consequências, refere as *relações comerciais e a entrada de pessoas externas*.

A partir da fixação das “bases de apoio” ou flutuantes em pontos estratégicos do rio, ficou expressamente proibido a entrada de regatões no rio Trombetas, nessas condições a castanha, principal produto da economia local, deve ser comercializada internamente com um “patrão” quilombola, e este, por via de autorização, é que comercializa com o mercado externo.

RECRIANDO NOVAS ESTRATÉGIAS DE LUTA

No bojo desse drama social discutido ao longo de todo esse trabalho, podemos destacar ainda a tentativa de fechamento das fronteiras sociais. A limitação do fluxo de pessoas externas na “região”, pode ser analisada de forma crítica, –como o reforço dos velhos mitos criados no entorno da categoria quilombo, pautada na concepção arqueológica¹ oriunda do período colonial, com fulcro em interpretações biologizadas.

¹ Segundo Almeida (2011, p. 59), a noção de quilombo engendrada na estrutura social de forma equivocada é uma concepção arqueológica que tem como referência o Conselho Ultramarino de 1740, impondo características determinantes como fuga, quantidade mínima de fugidos, localização marcada pelo isolamento geográfico, a existência ou não de moradia habitacional e a existência de pilão, considerando o pilão como símbolo do autoconsumo. Nesse sentido, alerta para a necessidade de nos libertarmos dessa concepção arqueológica.





Frederik Barth (2000), defende que o pertencimento identitário de um grupo étnico não está associado a fatores culturais, isolamento geográfico, tampouco pela consanguinidade, para ele a definição está nas relações que os grupos mantêm entre si.

Se um grupo mantém sua identidade quando seus membros interagem com outros, disso decorre a existência de critérios para determinação do pertencimento, assim como as maneiras de assinalar este pertencimento ou exclusão...As fronteiras sobre as quais devemos concentrar nossa atenção são evidentemente as fronteiras sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial. (BARTH, 2000, p.34)

Diante das ameaças de expropriação territorial, reprodução social e perda da autonomia provocadas pelos projetos ambientais e minerador, os quilombolas passaram a se mobilizar coletivamente, resgatando através da memória social, a trajetória dos ancestrais desse grupo, evidenciando para as gerações presentes, que esse espaço é fruto de uma luta simbólica, que remete a um passado sofrido, denominado pelos mais velhos de “tempo da candeia”. “O primeiro domínio onde se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento – aparentemente histórico – a existência das etnias, ou das famílias, isto é, dos mitos de origem” (LE GOLFF, 1996, p. 429).

A partir de então, o silêncio dessas narrativas, que para os mais novos era tida como uma conotação negativa, face o preconceito dominante acerca da escravidão negra no Brasil, passa por um processo de ruptura. O medo do preconceito foi convertido em força política e acionamento da identidade étnica quilombola, cada vez mais, os jovens passaram a se interessar por essas histórias desinteressadas, que não estão presentes apenas nos laços de parentesco. Estão escritas na história de cada lago, cachoeira, igarapé e furo. Isso é evidente, por exemplo nessas designações: “Cair dos Pretos”, “Igarapé do Athanásio”, Ilha da Giró, entre outros.

A autodefinição de um grupo, a reivindicação de uma identidade étnica converge para uma territorialidade, que se materializa concretamente (FARAIS JUNIO, 2010, p. 147). Sob esse prisma interpretativo, a territorialidade é uma construção do grupo enquanto tipo organizacional (BARTH, 2000), o que justifica constantes transformações. Desta feita, a territorialidade não é estática, muito menos, fechada.

Cuja dinâmica social pode ser percebida pela materialidade e/ou implementação das pautas de reivindicação do movimento mobilizatório negro no Trombetas a partir de 1989,





com a criação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) e a Associação dos Moradores das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Cachoeira Porteira (AMOCREQ-CPT) fundada em 2003. O critério político-organizativo sobressai, combinando uma “política de identidade”, da qual lançam mão os agentes sociais, objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado (ALMEIDA, 2006, p. 26)

Com aproximadamente 20 (vinte) famílias, o quilombo Jamari faz-se representar pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), tendo como principal ponto de luta o reconhecimento e a demarcação de seu território, hoje ameaçado pelos projetos de expansão do Platôs de exploração da bauxita, divulgados em 2016, como garantia de excução do Projeto Trombetas até 2043.

CONSIDERAÇÕES

As narrativas entrelaçadas sobre os primeiros negros que conquistaram o rio Trombetas, servem de fio condutor para o sentimento de pertença que mobiliza os quilombolas nas lutas travadas em favor da reivindicação do território por eles ocupados. A ideia de (re) ocupação do espaço está ligada a reconquista da autonomia que construíram desde o século XIX, quando os primeiros mocambos ganharam vida nas matas e cachoeiras, configurando-se em um “espaço liberto”.

Os projetos ambientais e de exploração mineral instalados nessa região há 39 (trinta e nove) anos, além de representarem entraves para o reconhecimento dos territórios reivindicados, impactaram estruturalmente o modo de vida das unidades familiares quilombolas, causando dramas sociais. Dentre as distintas transformações percebidas, a criminalização de suas práticas sociais, ancoradas na limitação de acesso aos recursos naturais, sob a aplicação de crime ambiental sobressai. Uma vez que o ato de pescar, caçar faz parte da cultura dessas famílias, que tradicionalmente, tem o hábito de se alimentar de peixes, carnes de animais selvagens, como pacas, tatus, antas, cotias, veados, entre outros.

A partir dessa realidade empiricamente observável, percebe-se que o acionamento da identidade étnica através do resgate da memória social, consiste em uma estratégia de defesa e força do grupo. Nesse sentido, concordo com Farias Junior (2010), ao aludir que a





autodefinição “remanescente de quilombo” é o caminho para a construção de uma territorialidade, que do ponto de vista antropológico não está relacionada a materialidade do território, mas às “fronteiras sociais” (BARTH, 2000).

Visando a produção e reprodução física e social do grupo, os quilombolas têm buscado novas estratégias de autonomia face às políticas ambientais restritivas. Nesse sentido, as associações têm se mobilizado no sentido estabelecer um diálogo com os órgãos que administram a Reserva Biológica (Rebio) do Trombetas, no intuito de amenizar os efeitos sociais no que se refere às regras de utilização recursos naturais, em vigor desde 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

A) LIVROS

ACEVEDO, Marin, R.E; CASTRO, E. Negros do Trombetas: guardiões das matas e dos rios. Belém: CEJU/UFPA-NAEA, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. – 2.ª ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: (ORG), T. L. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 2000.

BOURDIEU, P. Miséria do mundo. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

LE GOFF, Jacques. História e Memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [etal] – 4ª Ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

MASSEY, D. B. Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 [2005].

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. P. 213-254.

SAID, Edward. Territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas. In: Cultura e imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TURNER, Victor. DRAMAS, CAMPOS E METÁFORAS. NITERÓI: EdUFF, 2008

B) ARTIGOS DE PERIÓDICO





FARIAS JUNIOR. Unidades de Conservação de Proteção Integral e territórios quilombolas em Novo Airão, Amazonas. In: Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos /Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

FARIAS JUNIOR. Unidades de conservação, mineração e concessão florestal: os interesses empresariais e a intrusão de territórios. In: Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos /Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

FILHO, Henyo Trindade Barretto. Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma tentativa de abordagem antropológica das unidades de conservação na Amazônia. Série Antropologia, nº 22, 1997.

GUHA, Ramachandra. O biólogo autoritário e a arrogância do Anti-humanismo. In: Diegues, Antônio Carlos (Org). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: annablume, 2000: p. 81-99

Haesbaert, R. Território e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia, ano IX, 2007. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/213/205>.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogos de saberes. Revista Educação e realidade, p.17-24, set/dez de 2009.

PENNA-FIRME, Rodrigo. Direitos socioambientais, conservação neoliberal da natureza e agricultores no Parque Estadual da Pedra Branca, RJ. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 19, n.39, p. 50 - 76, jan./abr. 2018

C) TESES ACADÊMICAS

FARIAS JUNIOR, E.A. MEGAPROJETOS INCONCLUDENTES E TERRITÓRIOS CONQUISTADOS: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará. Tese. 2016

D) LEGISLAÇÃO CONSULTADA

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza. Brasília, MMA/SBF, 2011.

